

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DE POLÍTICA PÚBLICA EM  
SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA PREVINE  
BRASIL EM MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

*ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC HEALTH  
POLICY: A STUDY ON THE “PREVINE BRASIL” PROGRAM  
IN MUNICIPALITIES IN MINAS GERAIS*

*ANÁLISIS DE LA EFICACIA DE LA POLÍTICA PÚBLICA DE  
SALUD: UN ESTUDIO SOBRE EL PROGRAMA “PREVINE  
BRASIL” EN MUNICIPIOS DE MINAS GERAIS*

---

**João Ricardo Brigagão Hilário**

Mestrando em Administração Pública pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP. Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Campus Varginha. E-mail: [joaobrigagao15@gmail.com](mailto:joaobrigagao15@gmail.com) |  
Orcid.org/0009-0000-2224-2412

**Vinicius de Souza Moreira**

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Campus Varginha. Doutor em Administração. E-mail: [vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br](mailto:vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br) |  
Orcid.org/0000-0002-2398-8096

---

## RESUMO:

Este estudo examinou a eficácia de uma política pública através dos resultados de indicadores de desempenho de 24 municípios da Unidade Regional de Saúde de Alfenas do Estado de Minas Gerais, no contexto do Programa Previne Brasil (PPB), no período de 2022 a 2023. Foi conduzida uma pesquisa quantitativa, com abordagem descritiva, juntamente com a análise bibliográfica e documental. A principal constatação foi de que, no final de 2023, quatro anos após a implantação da política, apenas dois dos 24 municípios analisados atingiram um indicador sintético final igual a 10. Isso indica que o Programa teve baixo nível de eficácia. Além disso, as localidades não alcançaram as metas estabelecidas pelo PPB nos indicadores relacionados à Saúde da Mulher (IV), Saúde da Criança (V) e Doenças Crônicas (VI e VII). Especificamente 70,83%, 62,5%, 75% e 66,67% dos municípios não atingindo esses objetivos, respectivamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atenção Primária à Saúde; Programa Previne Brasil; Avaliação de Políticas Públicas.

---

---

## ABSTRACT:

*This study examined the effectiveness of a Public Policy through the results of performance indicators from 24 municipalities of the Alfenas Regional Health Unit in the State of Minas Gerais, in the context of the "Previne Brasil" Program, in the period from 2022 to 2023. A survey was conducted quantitative, with a descriptive approach, together with bibliographic and documentary analysis. The main finding was that, at the end of 2023, four years after the implementation of the Public Policy, only two of the 24 municipalities analyzed reached a final synthetic indicator equal to 10. This indicates that the policy had a low level of effectiveness. Furthermore, the locations did not reach the goals established by the "Previne Brasil" Program in indicators related to Women's Health (IV), Children's Health (V) and Chronic Diseases (VI and VII). Specifically, 70.83%, 62.5%, 75% and 66.67% of municipalities did not achieve these objectives, respectively.*

**KEYWORDS:** Primary Health Care; Previne Brazil Program; Assessment of Public Policies.

---

---

## RESUMEN:

*Este estudio examinó la efectividad de una Política Pública a través de los resultados de indicadores de desempeño de 24 municipios de la Unidad Regional de Salud de Alfenas en el Estado de Minas Gerais, en el contexto del Programa "Previne Brasil", en el periodo de 2022 a 2023. Se realizó un estudio cuantitativo, con un enfoque descriptivo, acompañado de análisis bibliográfico y documental. El principal hallazgo fue que, al cierre de 2023, cuatro años después de la implementación de la Política Pública, solo dos de los 24 municipios analizados alcanzaron un indicador sintético final igual a 10. Esto indica que la política tuvo un bajo nivel de efectividad. Además, las localidades no alcanzaron las metas establecidas por el Programa "Previne Brasil" en indicadores relacionados a Salud de la Mujer (IV), Salud del Niño (V) y Enfermedades Crónicas (VI y VII). En concreto, el 70,83%, 62,5%, 75% y 66,67% de los municipios no alcanzaron estos objetivos, respectivamente.*

**Palabras clave:** Primeros auxilios; Programa Prevenir Brasil; Evaluación de Políticas Públicas.

---

## INTRODUÇÃO

O governo federal brasileiro, desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), tem implementado diversas políticas públicas de saúde, como o Programa Previne Brasil (PPB), com a finalidade de enfrentar os desafios, como reduzir as barreiras de acesso, ampliar o financiamento e aprimorar a gestão.

Diante disso, a avaliação das políticas públicas de saúde são fundamentais para garantir que os objetivos propostos sejam alcançados e para identificar áreas que necessitam de melhorias no SUS. Além disso, a utilização de indicadores de saúde e a realização de pesquisas possibilitam uma visão mais clara dos impactos das políticas implementadas, contribuindo para o desenvolvimento de ações mais efetivas e direcionadas às necessidades reais da população. Dessa forma, a avaliação sistemática das políticas públicas de saúde torna-se uma ferramenta relevante para o fortalecimento da atenção primária e, conseqüentemente, para o avanço da saúde pública no Brasil (Fonseca; Mendonça, 2014).

Nas últimas duas décadas, tem-se aumentado o interesse acadêmico na avaliação de políticas públicas (Ramos; Schabbach, 2012), como é o caso do Programa Previne Brasil. Nesse contexto, foi conduzido um mapeamento sistemático da literatura, abrangendo o período de 2020 a 2024, com o intuito de identificar estudos que avaliaram os resultados e a eficácia alcançados pelo PPB. Embora tenham sido encontrados estudos correlatos (Linard et al., 2023; Schönholzer et al., 2023; Santos et al., 2023; Soares et al., 2023) é notável a ausência de pesquisas específicas focadas na eficácia do Programa conforme o enfoque proposto neste artigo. Essa lacuna revela uma oportunidade para contribuir com novos *insights* e evidências, preenchendo um espaço no estoque de conhecimento existente.

Demonstra-se, desta forma, a relevância da pesquisa por não haver estudos anteriores na área que envolvam uma avaliação do PPB com o enfoque de utilizar o modelo analítico de Ciclo de Políticas Públicas, para realizar a avaliação da eficácia desta política pública. É um tema que deve ser amplamente discutido, pois cada estudo adicional na área amplia a fronteira do conhecimento sobre a problemática, possibilitando a implementação de medidas mais assertivas.

Assim, o objetivo do artigo foi avaliar a eficácia do Programa Previne Brasil, em municípios da Unidade Regional de Saúde (URS) de Alfenas, um recorte da macrorregião de Saúde Sudoeste, do Estado de Minas Gerais. Para cumprir esse propósito, foram selecionados sete indicadores de desempenho do Programa e o seu Indicador Sintético Final (ISF), no período de 2022 a 2023. Com essa investigação, portanto, foi possível apresentar um panorama da situação local como forma de

subsidiar ações estratégicas de melhoria de desempenho tanto para os coordenadores de equipes da Atenção Primária à Saúde (APS) quanto para os gestores municipais.

Além desta introdução, o artigo conta com mais quatro seções. Adiante, apresenta-se o referencial teórico, com a discussão sobre Políticas Públicas, Avaliação e o Programa Previne Brasil. Na sequência, tem-se o contexto investigado e os procedimentos metodológicos, detalhando as características e etapas de operacionalização. A quarta seção traz os resultados, as análises e as discussões com a exposição dos achados. E, ao final, as considerações finais da pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Políticas Públicas**

O conceito de política pública é apresentado por diversos autores. Souza (2006) menciona variadas definições, como as de Lynn (1980), Peters (1986) e de Laswell (1936). Lynn (1980) entende-na como um conjunto de medidas governamentais destinadas a gerar resultados específicos. Peters (1986), por sua vez, desenvolveu seu raciocínio na mesma linha: política pública é o conjunto das ações governamentais, realizadas diretamente ou por meio de delegação, que impactam a vida dos cidadãos. Porém, Souza (2006, p. 24), argumenta que a definição mais conhecida ainda é a de Laswell (1936), isto é, “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Para fins deste artigo, a política pública é compreendida como uma diretriz desenvolvida para enfrentar problemas de interesse coletivo, visando tratar ou resolver questões consideradas relevantes para a comunidade em geral (Secchi et al., 2019).

Para compreender os desdobramentos das políticas públicas na sociedade, é fundamental desenvolver estudos teórico-empíricos que permitam um exame minucioso e detalhado das intervenções públicas. Para tanto, existem diversos modelos analíticos para estudá-las, dentre os quais, esta pesquisa utiliza o Ciclo de Políticas Públicas, uma configuração esquemática que ilustra o conjunto de fases sequenciais e interdependentes que moldam a trajetória de uma política pública. A tipologia adotada nesta pesquisa é composta por sete fases primordiais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e eventual extinção (Secchi et al., 2019).

Uma das principais utilidades do Ciclo de Políticas Públicas é ser uma ferramenta de recorte do objeto de análise pois, ao separar as políticas em fases,

permite que o analista selecione um momento específico para ser pesquisado (Lima; D'Ascenzi, 2016). Para este trabalho, selecionou-se a fase da Avaliação, melhor descrita na subseção seguinte.

### **Avaliação de Políticas Públicas**

A avaliação de políticas públicas envolve a análise sistemática e objetiva de um projeto ou programa, seja concluído ou em andamento, que examina o seu desempenho, implementação e resultados (Costa; Castanhar, 2003), o que visa determinar a eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância dos objetivos. É uma atividade contínua e não se limita à fase final do Ciclo de Políticas Públicas, perpassando pelos diferentes estágios (Costa; Castanhar, 2003). A prática avaliativa fornece informações sobre os progressos e desafios da política ou programa.

Weiss (1972) define-a como a análise sistemática do desempenho e/ou dos resultados de um programa ou política, baseada em critérios explícitos ou implícitos, visando contribuir para a melhoria contínua do programa ou política. A avaliação é o processo de atribuição de valor a uma atividade, programa ou política, realizado de forma sistemática e objetiva por avaliadores internos ou externos (Ramos; Schabbach, 2012). Patton (1997) descreve a avaliação como a coleta sistemática de dados sobre as atividades, as características e os resultados de programas, com o intuito de emitir julgamentos, aprimorar a eficácia e orientar decisões relacionadas a novos programas. Ao integrar elementos de valorização e julgamento, a avaliação aborda aspectos qualitativos e não deve ser confundida com simples acompanhamento das ações governamentais (Ramos; Schabbach, 2012).

A pesquisa em avaliação desempenha um papel relevante no contexto das ações públicas, pois está diretamente relacionada às políticas e programas que têm impacto significativo na vida das pessoas (Mark; Henry, 2004). A avaliação é crucial para “direcionar os tomadores de decisão, oferecendo orientação sobre a continuidade, a necessidade de ajustes ou mesmo a suspensão de uma política ou programa específico” (Costa; Castanhar, 2003, p. 972). Além disso, é considerada “um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo” (Ramos; Schabbach, 2012, p. 1272).

Costa e Castanhar (2003, p. 973) esclarecem que “se a avaliação é uma forma de mensurar o desempenho de programas, é necessário definir medidas para a aferição do resultado obtido”. Essas medidas, segundo os autores, são denominadas como “critérios de avaliação”, sendo os mais comuns: a eficiência; a eficácia; o impacto (ou

efetividade); a sustentabilidade; a análise custo-efetividade; a satisfação do beneficiário; e a equidade (Costa; Castanhar, 2003). Para fins desta pesquisa, selecionou-se o critério da eficácia.

A eficácia tem o objetivo de mensurar até que ponto a política pública alcança os seus objetivos e metas (Costa; Castanhar, 2003). Arretche (2013, p. 129) argumenta que “esta avaliação pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa”, sendo que neste estudo buscou-se identificar se o PPB está alcançando a sua meta de promover o aumento da cobertura e a qualidade da assistência básica em saúde para população. Ressalta-se que, o critério de eficácia é o mais aplicado nas avaliações de políticas públicas, por ser mais factível e demandar menos custos para sua execução (Arretche, 2013).

Esta avaliação recorre ao uso de indicadores para operacionalizar e quantificar os resultados (Costa; Castanhar, 2003; Jannuzzi, 2005; Ramos; Schabbach, 2012), tendo sido selecionados os indicadores previstos na normativa do PPB e suas respectivas metas (Brasil, 2019). Os indicadores sociais são ferramentas que transformam um conceito abstrato ou uma necessidade programática em algo concreto e mensurável, uma vez que ajudam a elucidar, sinalizar, aproximar e tornar tangíveis as diversas facetas sociais de interesse, que foram previamente delineadas a partir de decisões teóricas ou políticas (Jannuzzi, 2005).

### **Programa Previne Brasil**

O Programa Previne Brasil, lançado no ano de 2019, foi concebido com o objetivo de gerar impactos positivos e ampliar o acesso aos serviços de saúde por meio de uma abordagem abrangente que organiza o trabalho dos agentes comunitários de saúde e de toda a equipe. Isso é alcançado através da implementação de estratégias que visam expandir os serviços de saúde e atingir metas e indicadores, resultando em uma melhoria na qualidade dos serviços prestados. O Programa tem um impacto significativo na vida tanto dos profissionais de saúde quanto das pessoas que recebem os cuidados, promovendo uma saúde mais acessível e eficaz para todos (Bezerra et al., 2022).

O PPB foi implementado com ênfase na responsabilidade da equipe e da administração municipal por suas ações. Isso porque, apesar dos incentivos financeiros anteriores, a cobertura de acesso ao Sistema Único de Saúde continuava baixa (Ferreira et al., 2022).

A implementação do Programa, conforme estabelecido pela Portaria nº 2.979/2019, define um novo modelo de financiamento da APS no Brasil. Esta iniciativa, que modificou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS/2017, introduziu

novas modalidades de custeio, tais como a capitação ponderada, o pagamento por desempenho e o incentivo para ações estratégicas. Através do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, os recursos financeiros são transferidos mensalmente aos Municípios, ao Distrito Federal e aos Estados, estabelecendo critérios claros para o seu cálculo e a definição (Brasil, 2019).

Para garantir a eficácia do pagamento por desempenho dentro do PPB, foram estabelecidos indicadores regulamentados pela Portaria nº 3.222/2019, posteriormente alterada pela Portaria GM/MS nº 102/2022. Esses indicadores, centrados na atuação das equipes de Saúde da Família e das equipes de Atenção Primária, abrangem diversas áreas de atenção prioritária, como a Saúde da Mulher, a Saúde Bucal, o Pré-Natal, a Saúde da Criança e as Doenças Crônicas.

Avaliações de desempenho são realizadas conforme as diretrizes da Nota Técnica nº 12/2022-SAPS/MS, que atribui pontuações aos indicadores, variando de zero a dez, de acordo com o alcance das metas estabelecidas. A Nota Ponderada do Indicador é calculada ao ponderar a nota do indicador pelo seu peso específico, culminando na obtenção do Indicador Sintético Final (ISF), que sintetiza o desempenho do município após a análise de todos os indicadores. Este processo proporciona uma visão abrangente e detalhada do progresso e eficácia das iniciativas de saúde implementadas em nível local (Brasil, 2022a).

## **METODOLOGIA**

### **Características da Pesquisa**

Para este estudo utilizou-se a abordagem metodológica descritiva e quantitativa, com o uso da pesquisa bibliográfica e documental para alcançar os objetivos estabelecidos.

Este trabalho é categorizado como descritivo e exploratório, pois teve o intuito de descrever o desempenho municipal, através dos indicadores e metas observados, registrando-os e analisando-os posteriormente. A pesquisa descritiva se concentra na coleta, descrição e apresentação de dados observados, sem realizar inferências mais amplas (Cervi, 2017). Utiliza-se, para tanto, ampla gama de informações coletadas em diversas variáveis, condensando-as em indicadores representativos da dinâmica social, a fim de descrever a ocorrência de fenômenos.

Em termos de coleta de dados, foi adotada a pesquisa bibliográfica por meio de um mapeamento sistemático de literatura que é uma forma de revisão sistemática que se caracteriza por exigir menos profundidade na extração de dados (Kitchenham; Charles, 2017), concentrando-se principalmente na categorização dos estudos

identificados e documental, cuja principal característica é o levantamento a partir de documentos escritos ou não (Marconi; Lakatos, 2009). No presente estudo, realizou-se o mapeamento sistemático da literatura a fim de proporcionar um panorama geral das áreas temáticas avaliação e eficácia relacionadas ao PPB, como também foram examinados os indicadores extraídos do *website* E-Gestor do Ministério da Saúde. São eles: Indicador I, “proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação”; Indicador II, “proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV”; Indicador III, “proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado”; Indicador IV, “proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS”; Indicador V, “proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus* Influenza tipo B e Poliomielite inativada”; Indicador VI “proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre”; e Indicador VII “proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre” (Brasil, 2022).

### **Operacionalização da Pesquisa**

Para atingir o objetivo da pesquisa, inicialmente investigou-se o panorama atual das discussões acadêmicas relacionadas ao Programa, nos últimos cinco anos, e no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. Adiante, analisou-se os resultados dos indicadores municipais, no âmbito do PPB, no período entre 2022 e 2023. Para tanto, o estudo foi operacionalizado em três etapas: (i) sistematização da literatura sobre o Programa; (ii) coleta e organização dos dados e de outros documentos sobre o PPB; e (iii) a análise dos dados.

#### **(i) Mapeamento da Literatura sobre o PPB**

A pesquisa sobre o PPB tem avançado, abordando diversas dimensões desta política pública implementada em 2020. Foi utilizado um protocolo de pesquisa, em que foi realizada uma busca por estudos publicados e disponíveis entre 2020 a 2024, de língua inglesa, portuguesa e espanhola. Para obtenção dos artigos foi utilizada a busca *online*, por meio das bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde, *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e Plataforma Capes.

Os artigos selecionados, que tem como critério de inclusão estarem relacionados com a temática da pesquisa, estão disponíveis *online* e com textos completos, e que estejam ligados aos descritores combinados, utilizados: “Previne Brasil” e “avaliação”, “Previne Brasil” e “eficácia” e “Previne Brasil” e “Políticas

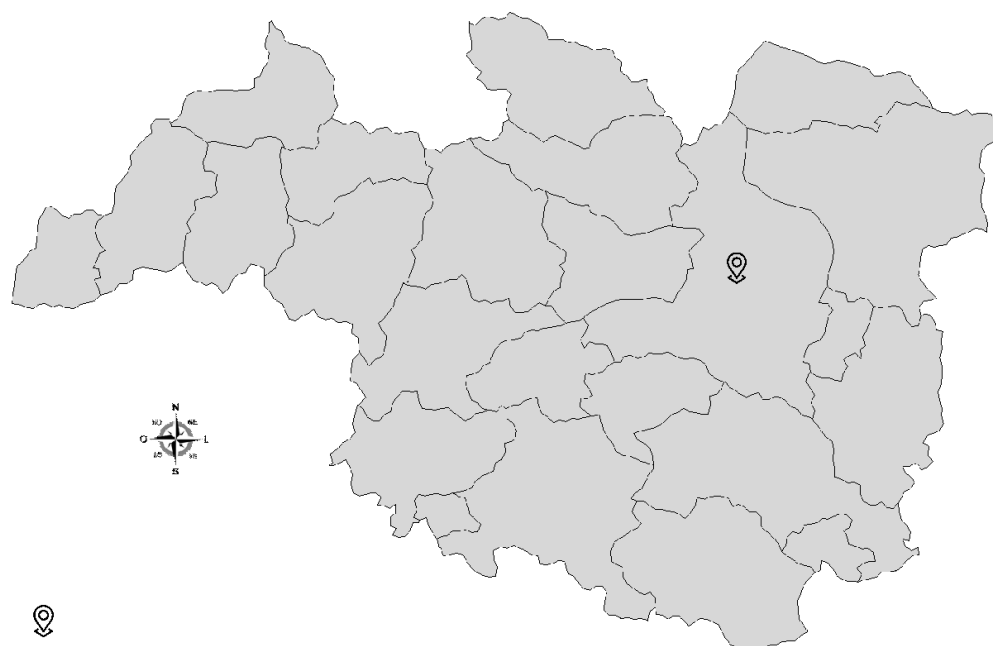


Públicas” em todos os índices de busca, utilizando-se os controladores booleanos AND. Foram encontrados um total de 43 estudos iniciais, cuja leitura dos resumos foi realizada em todos os artigos. Depois de aplicados os critérios de exclusão, 37 artigos foram excluídos por estarem em duplicidade nas plataformas, ou por não serem pertinentes à temática. Dentre os documentos recuperados, correspondendo aos critérios de inclusão e exclusão descritos previamente, restaram-se seis artigos que foram lidos na íntegra, a fim de identificar os principais enfoques dos artigos, reconhecendo que os assuntos eram correlatos, porém não adotaram a mesma abordagem que este artigo.

(ii) Levantamento de dados sobre o PPB

As unidades de análise foram os 24 municípios da Unidade Regional de Saúde (URS) de Alfenas pertencentes à Macrorregião Sudoeste de Minas Gerais e expostos na Figura 1. Este recorte territorial possui 432.826 habitantes (estimado), o que retrata 48,55% da população da Macrorregião selecionada para estudo (IBGE, 2022).

Figura 1 – Municípios da URS Alfenas recorte da Macrorregião Sudoeste de Minas Gerais



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2024).

Levantou-se os sete indicadores de pagamento por desempenho relacionados às ações estratégicas de Pré-Natal, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Doenças Crônicas. Foram coletados dados secundários do primeiro, segundo e do terceiro quadrimestres dos anos de 2022 a 2023, dos sete indicadores de pagamento por desempenho, através dos relatórios disponíveis no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), pela plataforma e-Gestor Atenção Básica.

### (iii) Análise dos dados

Os dados foram obtidos no formato do *software* *MSExcels*. Posteriormente, foram selecionados e organizados em tabelas. Para facilitar a interpretação e a visualização da progressão dos indicadores, empregou-se a representação gráfica do percentual de alcance da meta estabelecida para cada indicador.

As análises seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde (MS) para a avaliação dos indicadores assistenciais. Para o exame sistemática adotou-se as técnicas de “estatística descritiva, exploratória e comparativa” que foram adaptadas à natureza dos indicadores de saúde, e contribuíram para resumir e descrever as características essenciais do conjunto de dados levantados (Triola, 2017), tendo sido empregadas medidas como média, mínimo, máximo e frequências.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Mapeamento Sistemático da Literatura

Segundo Hulley et al. (2015), ao contrário de outras formas de revisão da literatura, a revisão sistemática adota uma abordagem objetiva para localizar todos os estudos já concluídos e relevantes sobre uma questão específica de pesquisa, descrever as características e os resultados dos estudos considerados elegíveis. O Mapeamento Sistemático da Literatura, também conhecido como revisão de escopo (*scoping review*), é empregado quando o objetivo não é investigar profundamente questões específicas, mas sim obter uma visão abrangente de uma determinada área (Moher et al., 2015). É uma metodologia que permite a replicação por outros pesquisadores. Este método envolve protocolos específicos que detalham as bases de dados consultadas, estratégias de busca utilizadas e limitações da técnica (Kitchenham; Charters, 2007).

Com o intuito de destacar os principais enfoques dos artigos selecionados foi elaborado o Quadro 1, que inclui as seguintes informações: autores e ano de publicação; título; objetivo; e principais resultados.

Quadro 1 – Mapeamento Sistemático da Literatura

<b>Autores (as) e Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
Financiamento da Atenção Primária à Saúde e os Resultados dos Componentes do Programa Previnde Brasil em Minas Gerais Soares et al. (2023)	Analisar os resultados alcançados pelos municípios de Minas Gerais quanto ao cadastro da população, aos indicadores de saúde e à adesão a equipes, ações e programas estratégicos antes e após a instituição do PPB.	Verificou-se aumento do cadastro da população e melhoria gradual dos resultados dos indicadores, apesar de estarem aquém das metas estabelecidas. As equipes de Saúde da Família e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica deixaram de ser custeadas pela União, porém mantiveram-se alguns programas estratégicos e outros incorporados.
Sistemas de informação em saúde como componente estratégico para melhores resultados no Previnde Brasil: um relato de experiência Júnior (2023)	Discutir sobre estratégias de planejamento, monitoramento e avaliação dos indicadores do PPB a partir de vivências com um município do interior pernambucano acerca dos sistemas de informações utilizados no âmbito da APS.	Quanto às atividades elaboradas, houve esforços da equipe gestora da APS para diagnosticar os problemas e posteriormente atacar os problemas-chaves para qualificar algumas práticas e dispor de melhorias nesse nível de atenção. Atividades de planejamento, escuta, visitas in loco, monitoramento de indicadores, avaliação de indicadores e treinamento de equipes foram algumas das estratégias para alavancar os indicadores.
Os indicadores do Programa Previnde Brasil no acompanhamento pré-natal de gestantes atendidas em uma UBS da Zona Norte de	Analisar os indicadores do Previnde Brasil relacionados ao cuidado pré-natal multidisciplinar de gestantes de uma Unidade Básica de Saúde da Zona	A amostra foi de 118 gestantes, onde foi usado como critério de avaliação 3 dos 7 indicadores do Previnde Brasil com ênfase na saúde da gestante. Indicador 1: Gestantes que realizaram a primeira consulta pré-natal até a 12ª

Manaus, Amazonas Santos et al. (2023)	Norte de Manaus – AM	semana de gestação foi de 59,8%, 6 ou mais consultas: 51,7%; indicador 2: realização de teste rápido de Sífilis e HIV: 89,2% e 89,8% respectivamente; indicador 3: pelo menos uma consulta odontológica realizada: 77,1%. Realização de algum tipo de tratamento odontológico: 46,6% das gestantes analisadas. Conclusão: Os indicadores do Previnde Brasil foram alcançados pela UBS, garantindo às gestantes uma atenção multidisciplinar.
A avaliação de desempenho da atenção primária: balanço e perspectiva para o programa Previnde Brasil Costa et al. (2022)	Avaliar a resposta dos governos subnacionais aos indicadores definidos pelo PPB, utilizando dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica do Ministério da Saúde.	Os municípios apresentaram baixa efetividade em relação aos compromissos de desempenho propostos pelo acordo tripartite do PB no triênio investigado. Em geral, os resultados de cobertura acordados no PB são excepcionalmente baixos e especialmente indicativos do risco de uma epidemia devido ao fracasso nas ações de vacinação. As decisões de implementação do pagamento por desempenho foram repetidamente adiadas pelo MS, favorecendo a desmobilização dos governos municipais no desenvolvimento de ações de APS.
Indicadores de desempenho de la Atención Primaria del Programa Previnde Brasil Schönholzer et al. (2023)	Analisar o alcance dos indicadores de desempenho do PPB de Atenção Primária à Saúde.	Houve evidências de evolução nas taxas dos indicadores de desempenho na maioria das regiões brasileiras em 2021, em comparação com 2020, porém, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram taxas incipientes ou negativas, em comparação com a região Sudeste. Apesar da evolução nos índices dos indicadores, poucos Estados conseguiram atingir as metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para as ações estratégicas de pré-natal e saúde da mulher; e nenhum Estado atingiu o objetivo na ação estratégica sobre doenças crônicas.
Avaliação dos indicadores de desempenho do programa Previnde Brasil no Maciço de Baturité: Doenças crônicas Linard et al. (2023)	Avaliar os indicadores de desempenho 6 e 7 do PPB no Maciço de Baturité, situado no Ceará, entre os anos de 2020 a 2023.	O Maciço possui 136 unidades ativas registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), uma taxa de cobertura das equipes de Saúde da Família (eSF) de 100%. Contudo, o indicador 6 não alcançou a meta nos quadrimestres monitorados e o 7 cumpriu a meta em 2021, todavia apresentou tendência de queda em 2022. Conclui-se que a cobertura dos indicadores é insatisfatória, embora a cobertura de eSF é satisfatória. O desempenho revela a necessidade de mudanças no perfil de atendimento a pacientes com doenças crônicas não transmissíveis.

Fonte: resultados da pesquisa.

De acordo com o levantamento realizado, foram identificados estudos relacionados à temática da pesquisa que analisam e/ou avaliam os indicadores de desempenho do Programa. No entanto, há uma lacuna nas pesquisas que não exploram o uso do Ciclo de Políticas Públicas. Especificamente, não se observou a ênfase na aplicação da fase de Avaliação deste Ciclo por meio através do critério eficácia para mensurar se foram atingidos os objetivos e metas do PPB.

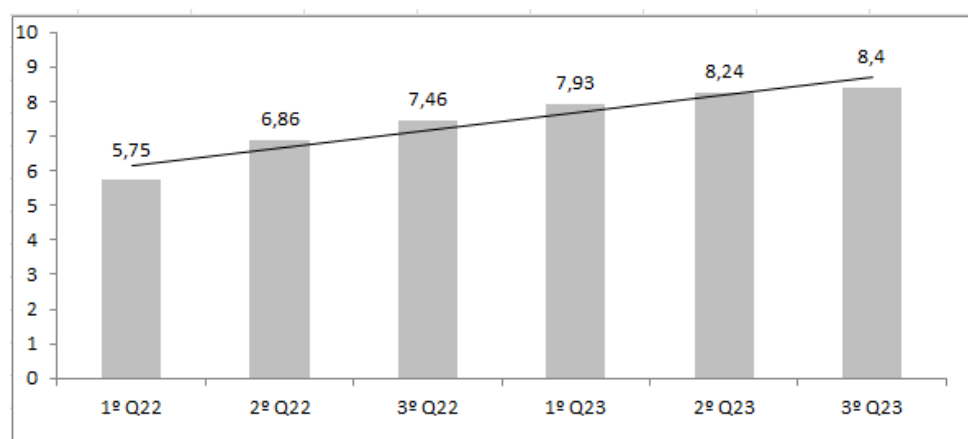
### **Avaliação de Eficácia**

Na presente seção apresenta-se a descrição, mensuração e análise dos indicadores de desempenho e do Indicador Sintético Final relacionados ao PPB. O foco residiu na avaliação da eficácia dessa política pública, verificando se as metas estabelecidas para cada indicador de desempenho foram alcançadas.

### **Indicador Sintético Final**

No Gráfico 1, são exibidas as médias das notas alcançadas por todos os municípios da URS Alfenas nos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2022 e 2023. É evidente uma melhora nas notas de um quadrimestre para o outro, representando um aumento de 46,09% ao comparar o último quadrimestre de 2023 (nota 8,4) com o primeiro de 2022 (nota 5,75).

Gráfico 1 – Evolução da média do ISF da URS Alfenas – 2022-2023



Fonte: resultados da pesquisa.

É importante ressaltar que essa melhora é ainda mais expressiva ao analisar os cinco municípios cujas variações foram mais notáveis: Carvalhópolis (929,27%); Fama (381,56%); Alfenas (242,36%); Monte Belo (171,59%) e Conceição da Aparecida (155,10%). No entanto, é prudente não considerar esses percentuais de

variação entre os municípios isoladamente, pois, apesar do progresso, tais localidades ainda ficaram com notas abaixo da média geral dos municípios, com exceção apenas de Fama.

Constatou-se que 58,33% dos 24 municípios pesquisados situaram-se abaixo deste comportamento médio. Observou-se que as menores notas registradas nos dois anos em análise sempre pertenceram aos municípios de Alfenas, com 2,38 e 3,96 no 2º quadrimestre de 2022 e 1º quadrimestre de 2023, respectivamente, e de Carvalhópolis, com 0,41 e 2,38 no 1º e 3º quadrimestres de 2022 e 3,46 e 4,22 no 2º e 3º quadrimestres de 2023.

Por outro lado, é importante destacar os municípios responsáveis pelas maiores notas registradas no horizonte analisado: São Pedro da União obteve 9,61, 9,98 e 9,92 nos quadrimestres de 2022, além de 10 no primeiro e terceiro quadrimestres de 2023; e Cabo Verde atingiu nota de 9,92 no segundo quadrimestre de 2023 e também 10 no terceiro quadrimestre de 2023.

O ISF do Programa Previne Brasil é uma métrica importante para avaliar o progresso e identificar áreas de melhoria dentro SUS, no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Este indicador permite que os gestores de saúde e as autoridades tenham compreensão sobre quais aspectos estão funcionando adequadamente e sob quais são necessárias intervenções adicionais.

Ressalta-se que, embora os indicadores sintéticos sejam úteis para fornecer uma visão geral, eles não devem substituir uma análise mais detalhada e contextualizada dos diferentes aspectos do sistema de saúde. Portanto, é fundamental complementá-los com análises mais aprofundadas dos indicadores de desempenho do PPB, para permitir a compreensão completa do funcionamento, o alcance das metas estabelecidas e para orientar as decisões políticas e estratégicas mais eficazes, conforme demonstra-se no decorrer desta seção.

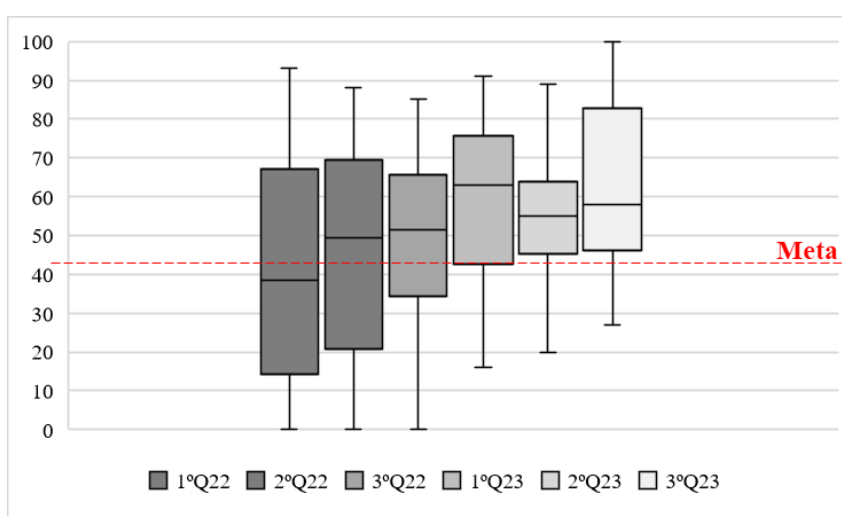
No contexto geral dos municípios, na análise do ISF, que varia de zero a 10, indicador que resulta na repercussão financeira, constatou-se que no terceiro quadrimestre de 2023, nove dos 24 municípios (37,50%) sob a jurisdição da URS de Alfenas mantiveram uma posição de destaque nos indicadores do PPB. Dois desses municípios alcançaram a pontuação máxima (10), enquanto sete obtiveram um ISF superior a nove. É relevante notar que 14 municípios (58,33%) superaram a média da pontuação alcançada pela URS, que foi de 8,4 no terceiro quadrimestre de 2023. O valor do incentivo financeiro para transferência aos municípios e ao Distrito Federal está condicionado ao desempenho obtido pelo ISF.

#### **Indicadores Individuais de Desempenho**

Inicia-se com os aspectos referentes aos indicadores relacionados às ações estratégicas de pré-natal (indicadores I, II e III). Sobre o Indicador I “proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação” (Gráfico 2), constatou-se um avanço entre os períodos analisados. Em 2022, o percentual mínimo dos municípios era de 0%, enquanto no terceiro quadrimestre de 2023, subiu para 27%. O percentual máximo também aumentou, passando de 85% no terceiro quadrimestre de 2022 para 100% no terceiro quadrimestre de 2023. Verificou-se também que a média apurada, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 42,08% no primeiro quadrimestre de 2022 para 64,88% no terceiro quadrimestre de 2023, ultrapassando agora a meta estabelecida. Pode-se observar uma inversão positiva no gráfico a partir do segundo quadrimestre de 2022 e especialmente no terceiro quadrimestre de 2023, quando a maioria dos municípios apresentou percentuais acima da média e, consequentemente, acima da meta estabelecida.

Além disso, houve um aumento de 81,82% no número de municípios que atingiram a meta, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Restaram apenas quatro municípios (16,67%) para alcançar a meta do indicador, que é superar 45%. Destaca-se que este indicador tem a finalidade de examinar o acesso ao acompanhamento pré-natal; facilitar o planejamento, gestão e avaliação da assistência ao pré-natal; estimular a adesão de gestantes para iniciar o pré-natal de forma oportuna, fundamental para identificar precocemente alterações e intervir adequadamente em condições que afetam a saúde da gestante e da criança (Brasil, 2022).

Gráfico 2 – Indicador I - URS Alfenas: 2022-2023

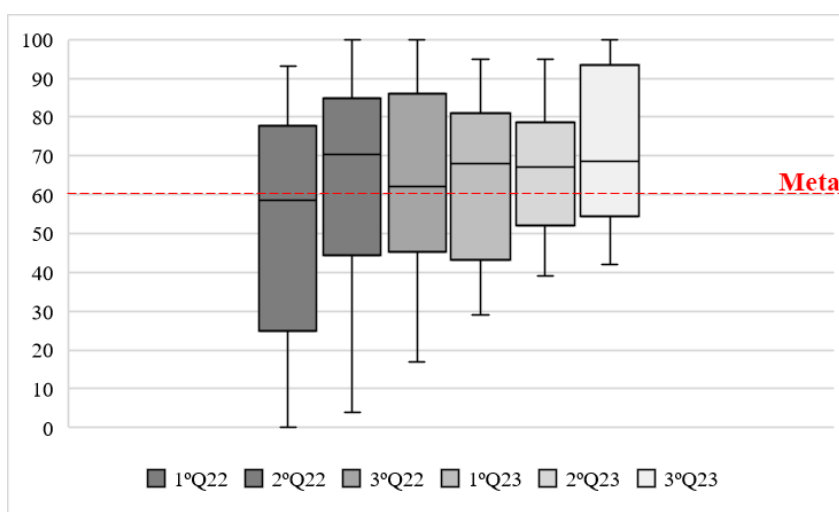


Fonte: resultados da pesquisa.

No Indicador II, “proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV” (Gráfico 3), verificou-se que houve melhoria ao longo do período analisado. Em 2022, o percentual mínimo dos municípios foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto no terceiro quadrimestre de 2023, subiu para 42%. O percentual máximo também registrou aumento, passando de 93% no primeiro quadrimestre de 2022 para 100% no terceiro quadrimestre de 2023. Ademais, observou-se que a média apurada, que antes se encontrava abaixo da meta, aumentou de 53% no primeiro quadrimestre de 2022 para 72,08% no terceiro quadrimestre de 2023, agora superando a meta. Nota-se a inversão positiva no gráfico a partir do segundo quadrimestre de 2022 e, especialmente, no terceiro quadrimestre de 2023, quando a maioria dos municípios apresentou percentuais acima da média e, consequentemente, acima da meta estabelecida. Além disso, houve um aumento de 36,36% no número de municípios que atingiram a meta, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Ainda há nove municípios (37,50%) para alcançarem a meta do indicador, que é superar 60%.

De acordo com a Nota Técnica nº 14/2022, o citado indicador avalia a conformidade com as diretrizes e os regulamentos para garantir um pré-natal de qualidade na APS; apoiar o processo de planejamento, a gestão e avaliação da assistência ao pré-natal; incentivar a realização de testes de sífilis e HIV para triagem de gestantes com essas condições, garantindo tratamento adequado para minimizar danos ao feto (Brasil, 2022b).

Gráfico 3 – Indicador II - URS Alfenas: 2022-2023



Fonte: resultados da pesquisa.

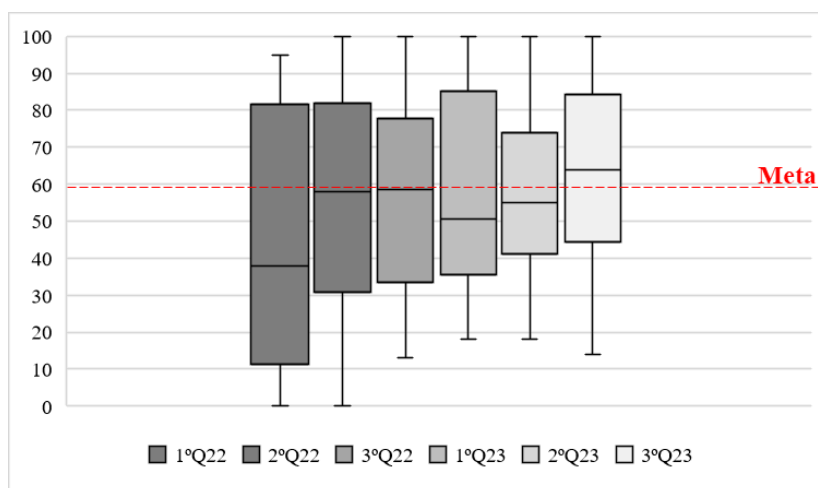
Com relação ao Indicador III “proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado” (Gráfico 4), observou-se que, em 2022, o percentual mínimo



foi de 0% no primeiro e segundo quadrimestres, mas esse valor subiu para 18% no primeiro e segundo quadrimestres de 2023. O percentual máximo também aumentou, passando de 95% no primeiro quadrimestre de 2022 para 100% nos demais quadrimestres de 2022 e 2023. Além disso, notou-se que a média, que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 45,50% no primeiro quadrimestre de 2022 para 62,83% no terceiro quadrimestre de 2023, ultrapassando a meta estabelecida. A evolução do indicador tem sido instável ao longo do tempo, mas uma tendência positiva é visível no gráfico, principalmente durante o terceiro quadrimestre de 2023. Neste período, mais da metade dos municípios registrou percentuais acima da média, o que resultou em valores superiores à meta estipulada. O número de municípios que alcançaram a meta aumentou em 18,18%, comparando o início de 2022 com o final de 2023. No entanto, 11 municípios ainda não atingiram a meta do indicador, que é superar os 60%.

De acordo com a Nota Técnica nº 15/2022 do MS, em conformidade com as “Diretrizes Para prática clínica odontológica na APS (2021)”, que recomendam, pelo menos, uma consulta odontológica para gestantes durante o pré-natal, é crucial entender que a avaliação odontológica da gestante é uma fase essencial do pré-natal (Brasil, 2022c).

Gráfico 4 – Indicador III - URS Alfenas: 2022-2023



Fonte: resultados da pesquisa.

Os dados encontrados neste estudo demonstram uma melhora nos indicadores (I, II e III) e o alcance da meta referente ao Pré-Natal, refletindo uma tendência positiva e uma possível melhoria na qualidade e na acessibilidade quando comparados à pesquisa de Soares et al. (2023) que relataram que ainda existe uma concentração de municípios de Minas Gerais que não conseguiram atingir a meta estabelecida, em

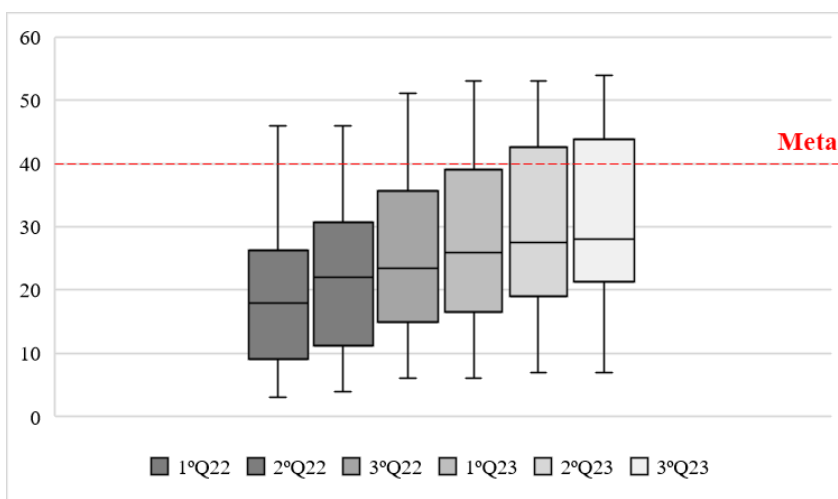
2021.

Referente à ação estratégica de saúde da mulher, no Indicador IV “proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS” (Gráfico 5), constatou-se que o percentual mínimo foi de 3% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo foi de 54% no terceiro quadrimestre de 2023. Além disso, observou-se que a média, que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 18,92% no primeiro quadrimestre de 2022 para 31,42% no terceiro quadrimestre de 2023, ainda permanecendo abaixo da meta estabelecida. Ainda que se perceba uma tendência positiva evidente no gráfico, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida. O número de municípios que alcançou a meta aumentou em 600%, comparando o início de 2022 com o final de 2023. Contudo, 17 municípios (70,83%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 40%.

Segundo Soares et al. (2023) a proporção de municípios que conseguiu alcançar a meta em 2021 foi baixa em todas as macrorregiões de saúde de Minas Gerais, ou seja, apenas 3,6% cumpriram a meta do indicador.

O Indicador IV, que se refere à proporção de mulheres que realizaram pelo menos um exame citopatológico do colo do útero a cada três anos na APS, visa medir a cobertura desse serviço entre mulheres de 25 a 64 anos atendidas na APS, em relação ao total estimado de mulheres nessa faixa etária no município (Brasil, 2022d).

Gráfico 5 – Indicador IV - URS Alfenas: 2022-2023



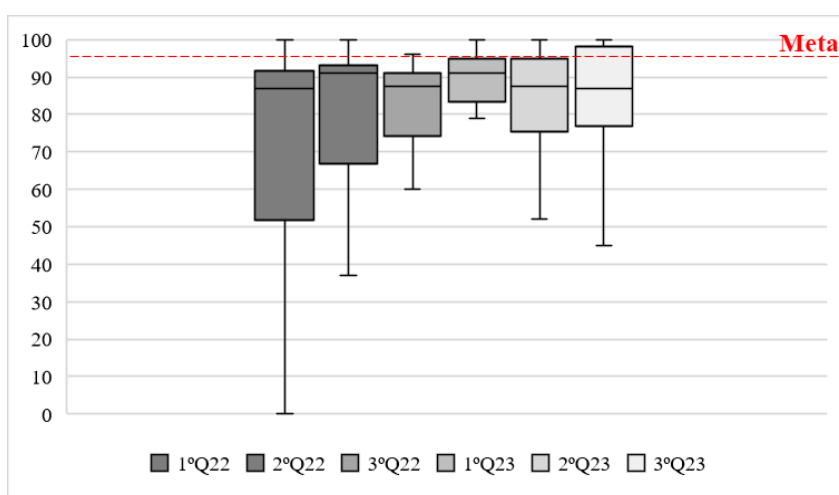
Fonte: resultados da pesquisa.

Na ação estratégica de saúde da criança, Indicador V “proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *haemophilus Influenza* tipo B e Poliomielite

inativada” (Gráfico 6), verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo foi de 100% no primeiro e segundo quadrimestres de 2022 e, também, ao longo de 2023. Além disso, notou-se que a média, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 71,67% no primeiro quadrimestre de 2022 para 87% no primeiro quadrimestre de 2023, permanecendo abaixo da meta estabelecida. Embora o gráfico indique uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida. O número de municípios que alcançaram a meta aumentou em 125% do início de 2022 até o final de 2023. No entanto, 15 municípios (62,50%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 95%.

O Indicador V tem como finalidade avaliar o nível de proteção da população infantil contra essas doenças imunopreveníveis (Brasil, 2022f).

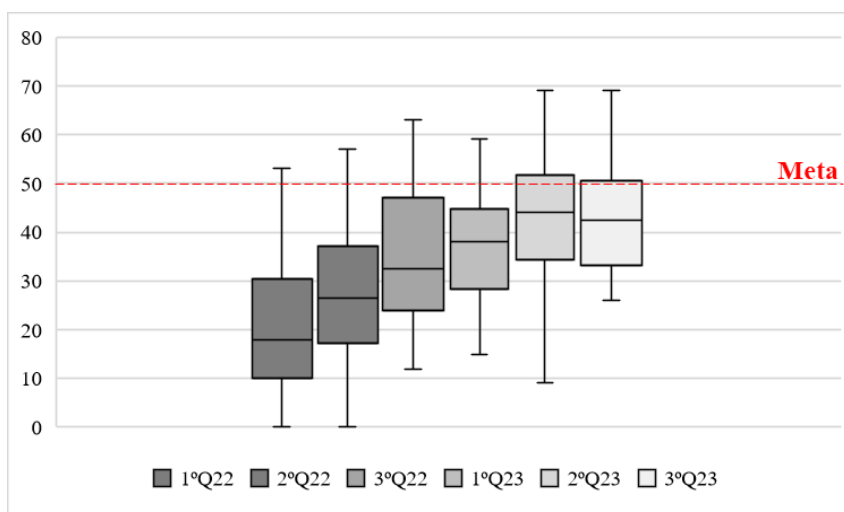
Gráfico 6 – Indicador V - URS Alfenas: 2022-2023



Fonte: resultados da pesquisa.

Com relação à ação estratégica de doenças crônicas, ao examinar o Indicador VI “proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre” (Gráfico 7) verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro e segundo quadrimestres de 2022, enquanto o máximo foi de 69% no segundo e terceiro quadrimestres de 2023. Além disso, a média, anteriormente abaixo da meta, aumentou de 20,96% no primeiro quadrimestre de 2022 para 42,83% no segundo quadrimestre de 2023, permanecendo abaixo da meta estabelecida. Embora o gráfico indique uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresenta percentuais abaixo da média e, consequentemente, inferiores à meta estabelecida. O número de municípios que atingiu a meta aumentou em 300% entre o início de 2022 e o final de 2023. Todavia, 18 municípios (75%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 50%.

Gráfico 7 – Indicador VI - URS Alfenas: 2022-2023

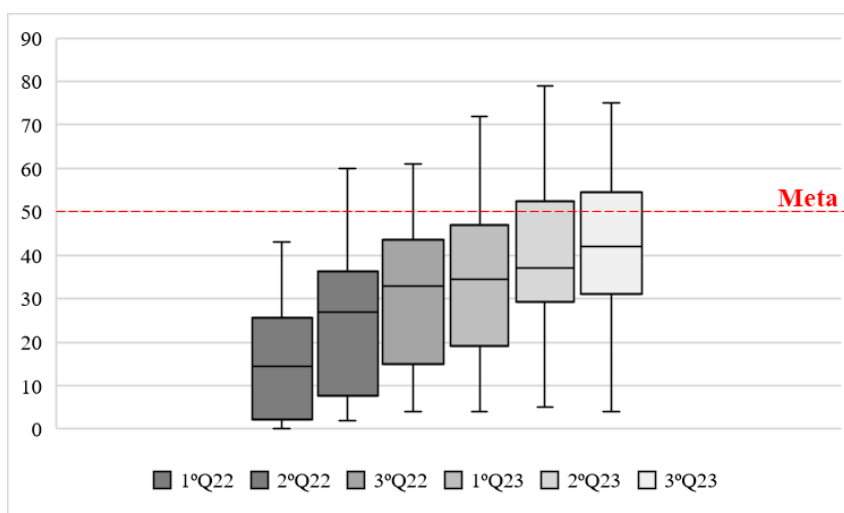


Fonte: resultados da pesquisa.

O Indicador VI visa analisar se a aferição da pressão arterial em pacientes hipertensos é regularmente realizada pela equipe, pelo menos uma vez a cada seis meses, como parte integrante do processo de atendimento visando o controle da pressão arterial desses indivíduos; além de verificar a adesão às diretrizes e protocolos para o acompanhamento de pacientes com hipertensão na Atenção Primária à Saúde; e de fornecer o suporte para o planejamento, gestão e avaliação do controle de doenças crônicas.” (Brasil, 2022e).

Já no indicador VII “proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre” (Gráfico 8), verificou-se que o percentual mínimo foi de 0% no primeiro quadrimestre de 2022, enquanto o máximo atingiu 79% no segundo quadrimestre de 2023. Além disso, notou-se que a média que anteriormente estava abaixo da meta, aumentou de 15,67% no primeiro quadrimestre de 2022 para 40,54% no segundo quadrimestre de 2023, permanecendo ainda abaixo da meta estabelecida. Embora o gráfico indique uma tendência positiva, a maioria dos municípios apresentou percentuais abaixo da média e, conseqüentemente, inferiores à meta estabelecida. O número de municípios que alcançou a meta aumentou em 267% do segundo quadrimestre de 2022 até o final de 2023. No entanto, 16 municípios (66,67%) ainda não alcançaram a meta do indicador, que é ultrapassar os 50%.

Gráfico 8 – Indicador VII - URS Alfenas: 2022-2023



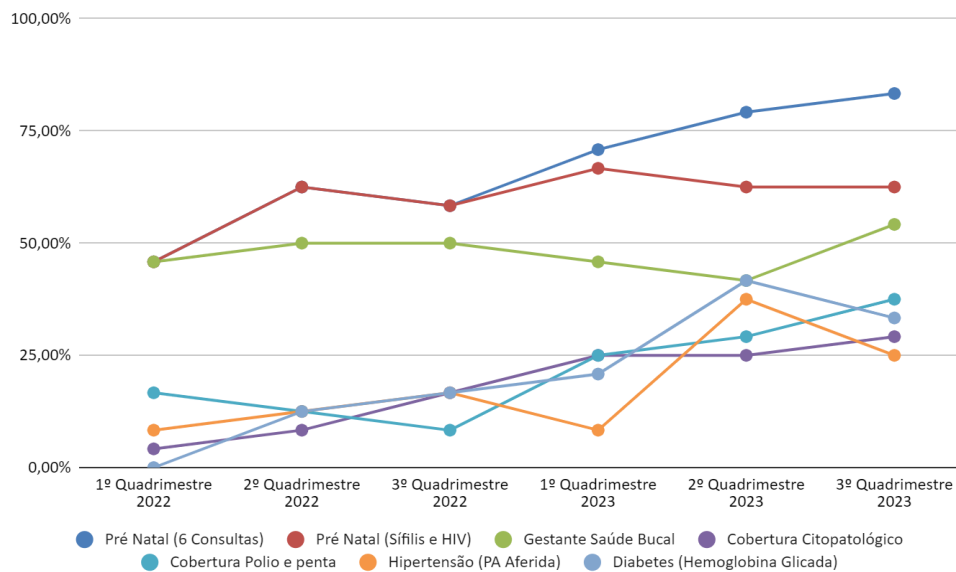
Fonte: resultados da pesquisa.

O Indicador VII visa analisar se a requisição do exame de hemoglobina glicada é rotineiramente incluída na agenda de atendimento das equipes, garantindo sua realização ao menos anualmente para pacientes com diabetes; verificar a adesão às diretrizes e regulamentações para o acompanhamento de indivíduos com diabetes na Atenção Primária à Saúde; e oferecer suporte ao processo de planejamento, gestão e avaliação no controle de doenças crônicas (Brasil, 2022g).

Conforme observado na investigação de Soares et al. (2023) o percentual de municípios com baixa cobertura do indicador VI é elevado em todas as macrorregiões de saúde de Minas Gerais, para o levantamento realizado no ano de 2021. Além disso, o percentual de municípios que alcançou a meta estabelecida no indicador VII também foi reduzido em todo o período analisado.

No Gráfico 9, ilustra-se a evolução dos municípios da URS estudada e que atingiram a meta dos indicadores, no período analisado.

Gráfico 9 – Evolução dos municípios da URS de Alfenas que atingiram a meta dos Indicadores de Desempenho de 2022 e 2023 no PPB



Fonte: resultados da pesquisa.

Ao analisar os sete indicadores relativos ao pagamento por desempenho, observa-se que, no início de 2022, a maioria dos municípios estava abaixo da meta estabelecida. Apenas 45,83% dos municípios alcançaram a meta nos indicadores relacionados ao Pré-natal e à Gestação (Indicadores I, II e III); 4,17% cumpriram a meta para Saúde da Mulher (Indicador IV), enquanto 16,67% atingiram a meta para Saúde da Criança (Indicador V). Sobre Doenças Crônicas, apenas 8,33% dos municípios conseguiram atingir a meta (Indicador VI), e nenhum município alcançou a meta para o Indicador VII.

Por outro lado, nota-se uma tendência de aprimoramento nos indicadores ao longo do período, especialmente no último quadrimestre de 2023, em que 83,33%, 62,50% e 54,17% dos municípios alcançaram as metas estabelecidas para os indicadores relacionados ao Pré-natal e à Gestação (Indicadores I, II e III), respectivamente. Em relação aos demais indicadores, a maioria apresentou melhorias, porém ainda não alcançaram as metas estipuladas. Apenas 29,17% conseguiram atingir a meta para Saúde da Mulher (Indicador IV), enquanto 37,50% atingiram a meta para Saúde da Criança (Indicador V). Quanto às Doenças Crônicas, somente 25% e 33,33% dos municípios alcançaram a meta (Indicador VI e VII), respectivamente.

Nos municípios examinados, residem 432.826 pessoas, das quais 355.941 foram alcançadas pelo SUS, uma cobertura de 86,45%. Constatou-se que, 10 dos 24 municípios (41,67%) não alcançaram essa média. Esse é um aspecto crucial a ser

observado, pois a não inclusão nos sistemas de informação e não alcance desses usuários pelo SUS pode impactar o cumprimento das metas estabelecidas. Desses 10 municípios observa-se que, durante o último quadrimestre de 2023, sete deles também estão classificados entre aqueles com a nota ISF abaixo da média registrada na URS de Alfenas. Além disso, oito municípios não atingiram a meta do indicador IV, nove não alcançaram a meta do indicador VI, e sete não atingiram a meta do indicador V e nem no VII.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem da política pública em saúde, por meio do Programa Previne Brasil, visa ampliar o acesso e melhorar a qualidade da assistência básica à saúde da população atendida pelo SUS, além de aumentar os recursos financeiros destinados a essa área. A análise dos indicadores de pagamento por desempenho dos municípios da Unidade Regional de Saúde de Alfenas - localizada no Sudoeste de Minas Gerais, no período de 2022 e 2023, revelou que a política é pouco eficaz, tendo em vista que muitos municípios não conseguiram atingir as metas estabelecidas nos indicadores individuais, e apresentaram pontuações abaixo da média regional no Indicador Sintético Final.

Além de demonstrar a baixa eficácia em ampliar a assistência à saúde e no cumprimento das metas dos indicadores, o estudo revelou uma tendência preocupante: muitos municípios não conseguiram alcançar a média de cobertura da população do SUS na região estudada. Isso dificulta o cumprimento das metas dos indicadores, os quais estão diretamente relacionados a determinadas populações que possivelmente não estão sendo alcançadas.

Como avanços, novas pesquisas podem identificar as variáveis locais (econômicas, sociais, demográficas, políticas) que contribuem (ou não) para o avanço dos indicadores de pagamento por desempenho e do Indicador Sintético Final. Recomenda-se priorizar a análise aprofundada dos indicadores **IV, V, VI e VII** dada a quantidade de municípios em que não alcançaram a meta, assim como identificar estratégias para ampliar o alcance da população-alvo definida nos indicadores do Programa. Por meio dessas ações e estratégias de aprimoramento da APS, acredita-se que os municípios podem aprimorar o PPB. Isso pode resultar em uma melhoria da eficiência e valorização do desempenho, facilitando um acesso mais organizado aos serviços de saúde. Além disso, tais medidas têm como objetivo garantir um maior financiamento para a APS.

Diante dos resultados promissores apresentados neste estudo, é importante reconhecer algumas limitações dos achados. Primeiramente, a análise se concentrou

exclusivamente em uma fração específica de uma macrorregião de Minas Gerais, o que limita a generalização dos resultados para outras populações, como também a análise foi focalizada apenas em um critério de avaliação, a eficácia, não abordando os demais. Além disso, a metodologia empregada não captura completamente a complexidade do fenômeno estudado, sugerindo a necessidade de abordagens qualitativas complementares para investigações futuras. Ademais, fatores externos não controláveis, como variáveis socioeconômicas ou aspectos culturais, podem ter influenciado os resultados observados. Portanto, recomenda-se a realização de pesquisas adicionais em outras localidades de forma mais abrangente e comparativa para abordar essas limitações e ampliar o entendimento sobre o tema.

### ***Agradecimentos***

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### ***Referências Bibliográficas***

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v.1, n.1, p.126-133, 2013.

BEZERRA, M. V. M. et al. As interfaces do programa Previne Brasil. **Conjecturas**, v.22, n.8, p.1363-1373, 2022.

BRASIL. 2019. **Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979\\_13\\_11\\_2019.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html)>. Acesso em: 08/04/2024.

BRASIL. 2022. **Portaria GM/MS nº 102, de 20 de janeiro de 2022**. Altera a Portaria GM/MS nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-102-de-20-de-janeiro-de-2022-375495336>>. Acesso em: 08/04/2024.

BRASIL. 2023. **Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadoPainel.xhtml>>. Acesso em: 08/04/2024.

BRASIL. 2022a. **Nota Técnica nº 12/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_12.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_12.pdf)>. Acesso em: 08/04/2024.



BRASIL. 2022b. **Nota Técnica nº 14/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[https://famurs.com.br/uploads/midia/33472/NT\\_n\\_14\\_2022\\_SAPS\\_MS.pdf](https://famurs.com.br/uploads/midia/33472/NT_n_14_2022_SAPS_MS.pdf)>.

Acesso em: 08/04/2024.

BRASIL. 2022c. **Nota Técnica nº 15/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_15.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_15.pdf)>.

Acesso em: 16/04/2024.

BRASIL. 2022d. **Nota Técnica nº 16/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_16.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_16.pdf)>.

Acesso em: 16/04/2024.

BRASIL. 2022e. **Nota Técnica nº 18/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_18.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_18.pdf)>.

Acesso em: 16/04/2024.

BRASIL. 2022f. **Nota Técnica nº 22/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_22.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_22.pdf)>.

Acesso em 16/04/2024.

BRASIL. 2022g. **Nota Técnica nº 23/2022-SAPS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota\\_tecnica\\_23.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/nota_tecnica_23.pdf)>.

Acesso em: 16/04/2024.

BRASIL. 2022. **Nota Técnica Explicativa do Relatório de Indicadores de Desempenho da APS (Previne Brasil-2022)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em:

<[https://sisab.saude.gov.br/resource/file/nota\\_tecnica\\_indicadores\\_de\\_desempenho\\_2022\\_20603.pdf](https://sisab.saude.gov.br/resource/file/nota_tecnica_indicadores_de_desempenho_2022_20603.pdf)>. Acesso em: 08/04/2024.

BRASIL. 2024. **Saiba mais sobre a APS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/saiba-mais-sobre-a-aps>>. Acesso em: 16/07/2024.

CERVI, E. U. **Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v.37, n.5, p.969-992, 2003.

COSTA, N. R.; SILVA, P. R. F.; JATOBÁ, A. A avaliação de desempenho da atenção primária: balanço e perspectiva para o programa Previne Brasil. **Saúde Debate**, v.46, n.8, p.8-20, 2022.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. **Análise de Políticas Públicas**. p. 18-21, UFRGS, 2016.

FERREIRA, L. R.; NEVES, V. R.; ROSA, A. S. Desafios na avaliação da atenção básica a partir de um programa de melhoria da qualidade. **Escola Anna Nery**, v.26, 2022.

FONSECA, A. F.; MENDONÇA, M. H. M. Avaliação e políticas públicas de saúde: reflexões a partir da atenção básica. In: GUIZARDI, F. L. et al (Org.). **Políticas de participação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Editora Universitária UFPE, p. 197-224, 2014.

FRANCISCO, N. A.; ZUCATTO, L. C. Estado da arte da produção acadêmica relacionada ao financiamento e fomento da pesquisa científica no Brasil: Uma análise a partir do ciclo de políticas públicas. **Revista Práticas de Administração Pública**, v.2, n.1, p.41-62, 2018.

HULLEY, S. B. et al. **Delineando a pesquisa clínica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015.

IBGE. 2023. **Panorama do Censo 2022**. IBGE. Disponível em: <[Panorama do Censo 2022 \(ibge.gov.br\)](https://panorama.censo2022.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 19/04/2024.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v.56, n.2, p.137-160, 2005.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Version 2.3. Keele: Keele University/School of Computer Science and Mathematics/Software Engineering Group, 2007.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books: 1936/1958.

LINARD, A. G. et al. Avaliação dos indicadores de desempenho do programa Previne Brasil no Maciço de Baturité: Doenças crônicas. **SciELO Preprints**, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6322>>, 2023.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, California: Goodyear, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARK, M. M.; HENRY, G. T. The mechanisms and outcomes of evaluation influence. **Evaluation**, v.30, n.1, p. 35-57, 2004.

MOHER, D; STEWART, L; SHEKELLE, P. All in the family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more. **Systematic Reviews**, v.4, n.168, 2015.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista da Educação**, v.40, n.1, p.101-116, 2015.

PATTON, M.Q. **Utilization-focused evaluation**. The new century text. Thousands Oaks- London- New Delhi: Sage Publications, 1997.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.46, n.5, p.1271-1294, 2012.

SANTOS, V. P. S. et al. Os indicadores do Programa Previne Brasil no acompanhamento pré-natal de gestantes atendidas em uma UBS da Zona Norte de Manaus, Amazonas. **Brazilian Journal of Health Review**, v.6, n. 6, p.32356-32367, 2023.

SCHÖNHOLZER, T. E. et al. Indicadores de desempenho de la Atención Primaria del Programa Previne Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 31, e.4009, p.1-13, 2023.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concurso. São Paulo: Cengage, 2019.

SOARES, C. S.; CAMARGOS, M. C.S.; NORONHA, K.V.M. Financiamento da Atenção Primária à Saúde e os Resultados dos Componentes do Programa Previne Brasil em Minas Gerais. **Revista Gestão e Planejamento**, v.24, p.223-240, 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n.16, 2006.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

WEISS, C. H. **Evaluation research**: methods for assessing program effectiveness. New York: Prentice Hall, 1972.